

DESTAQUE **CRISE FINANCEIRA**

# Governo acelera vinda de 15 mil milhões em fundos de Bruxelas

Passos estreou-se na cimeira europeia, conseguindo uma reprogramação dos fundos estruturais que ainda estão por usar. Em nome do crescimento.

**Luís Rego, em Bruxelas**  
luis.rego@economico.pt

A Comissão Europeia já está a negociar com o novo Governo português a reprogramação de cerca de 15,3 mil milhões de euros de fundos estruturais que ainda podem ser adjudicados até 2013 e gastos até 2015. O presidente da Comissão Europeia, Durão Barroso, mostra-se “disponível” para aceitar esta reprogramação que “já estamos a discutir”, enquanto o primeiro-ministro português, Pedro Passos Coelho, à entrada da cimeira em Bruxelas, prometeu apresentar um “pedido de reestruturação para executar os fundos” do QREN.

Passos estreou-se ontem numa cimeira europeia dedicada à Grécia, mostrando “determinação” em aplicar o programa de ajustamento português e prometendo que “não descansará enquanto não puder devolver com resultados a confiança depositada” pelos parceiros. A primeira avaliação da ‘troika’ em Lisboa “é positiva”, explicou Barroso, mas o caso grego, em que a consolidação não está a dar frutos, adverte para a necessidade de activar a economia, o que precipita a aceleração e antecipação dos fundos.

Esta reprogramação não implicará mais verbas, apenas reorganizar o programa. Isto obrigará o país a um esforço administrativo mais forte para absorver os fundos que chegarão mais cedo, e uma reorientação destas verbas para projectos que produzam crescimento mais rápido: pequenas em vez de grandes obras, sectores mais reprodutivos que estradas, exemplo. Poderá implicar também uma redução da taxa de co-financiamento nacional para o nível mínimo: 30% do total dos projectos. Para ter acesso a mais verbas, o QREN – quadro de referência estratégico nacional – foi desenhado em 2007 com um co-financiamento médio maior que o necessário. Por outro lado há ainda a possibilidade de substituir compromissos assumidos em dinheiro por co-financiamento em espécie, ou seja horas trabalhadas, utilização de equipamento e consumíveis, tal como explica a ex-ministra da ciência e eurodeputada Maria-

**A primeira avaliação da ‘troika’ em Lisboa “é positiva”, explicou Durão Barroso, mas o caso grego, em que a consolidação não está a dar frutos, adverte para a necessidade de activar a economia, o que precipita a aceleração e antecipação dos fundos.**

Graça Carvalho (ver entrevista).

Durão Barroso avançou ontem com a ideia junto do Governo português, depois de ter feito proposta semelhante à Grécia, dois países com dificuldades orçamentais que não podem executar fundos estruturais e de coesão numa altura em que precisam de crescer. “Se o Governo português também quiser algum apoio de assistência técnica em termos de destacamento dos nossos peritos podemos encarar essa hipótese”, ofereceu Barroso, que está agora em total osmose com as autoridades portuguesas.

“Nós na Comissão estamos abertos a essa reprogramação de forma a complementar os esforços que estão a ser feitos em termos macroeconómicos”, ou seja, para reactivar o crescimento e o emprego no imediato, e atenuando com o fundo social europeu o aumento do desemprego. A ideia é “fazer um ‘frontloading’ [adiantamento de fundos], ou seja avançar alguns programas que possam ter alguns resultados mais imediatos”, disse Barroso. “A taxa de execução [27%] é relativamente melhor que em outros países mas é sempre possível através de uma reprogramação ter resultados mais imediatos em termos de apoio ao crescimento”.

Portugal obteve para 2007/13 um total de 21 mil milhões de euros [preços de 2005] em fundos estruturais e de coesão, onde se integram ajudas para sectores como o ambiente, as infra-estruturas, os transportes, desenvolvimento rural ou inovação e tecnologia. Dadas as restrições orçamentais dos últimos três anos (o programa foi negociado até 2005) gastou apenas 27% deste total, deixando muitos fundos por moldar e alocar. As verbas têm de estar atribuídas até 2013 mas podem ser gastas até final de 2015, seguindo a regra n+2, conhecida por regra da guilhotina. “Esta baixa taxa de execução é má mas agora dá-nos uma grande oportunidade”, explica Graça Carvalho. O plano da ‘troika’ reclama uma utilização adequada dos fundos estruturais no sentido do crescimento económico, o que terá implícita a ideia de reconverter o QREN para gastos mais reprodutivos e menos grandes obras. ■

## CIP defende corte selectivo da TSU

O primeiro-ministro, Pedro Passos Coelho, garantiu ontem em Bruxelas que o novo Governo não terá férias, de forma a tomar nos próximos meses “o essencial das decisões” para a implementação do acordo com a ‘troika’. A redução da Taxa Social Única (TSU) é uma das medidas prometidas, e a proposta deverá ser apresentada já no final de Julho para entrar em vigor em 2012. O PSD já defendeu uma descida em quatro pontos das contribuições dos empregadores à Segurança Social. À saída da reunião com o ministro dos Negócios Estrangeiros para preparar o Conselho Europeu, na quarta-feira, o presidente da CIP - Confederação Empresarial de Portugal defendeu porém que o corte da TSU seja aplicado apenas de forma selectiva, centralizada em apenas alguns sectores. Aplicada a todas as empresas, a redução das contribuições em quatro pontos exigiria uma compensação de 1.600 milhões de euros, mas se abrangesse apenas indústria e hotelaria, implicaria só 380 milhões de euros, afirmou António Saraiva. Estas são matérias de um estudo que está a ser elaborado pela CIP e que deverá chegar ao Governo nas próximas duas semanas.



Sebastien Pirllet/Reuters



## SEIS PERGUNTAS A...



MARIA GRAÇA DE CARVALHO

Eurodeputada do PSD

## “Há muito orçamento disponível”

**Faz sentido antecipar fundos nesta altura de contenção?**  
Há muito que o defendo. É a grande oportunidade para crescimento, só que não está a ser usada. Só

PONTOS-CHAVE

A ideia é fazer um adiantamento de fundos, ou seja avançar com alguns programas que possam ter alguns resultados mais imediatos na economia portuguesa.

Os líderes europeus, nas conclusões da cimeira, aplaudem "o forte compromisso do recém-eleito governo português para implementar o programa de reformas".

A nomeação de Mario Draghi estava ontem a ser empatada por Paris, que espera um gesto político de Roma para que na comissão executiva do BCE o italiano dê lugar a um francês.



Yves Herman / Reuters

Num voo comercial e em classe económica, Passos Coelho partiu ontem para Bruxelas para a primeira cimeira europeia como líder português. O novo primeiro-ministro teve um encontro com Durão Barroso, que deu a Portugal novas oportunidades para os fundos estruturais. E, depois, voltou à tradicional reunião da sua família política europeia, PPE onde na sessão anterior tinha levado um 'puxão de orelhas' da chanceler Merkel por não ter aprovado as medidas de austeridade de Sócrates, que aceleraram a queda do Governo socialista.



Sebastien Pirllet / Reuters

# Zona euro avança para novo resgate grego em Julho

O Parlamento grego tem, no entanto, de aprovar o pacote de austeridade na próxima semana.

Os líderes europeus comprometeram-se ontem a apoiar um novo plano de ajuda à Grécia a partir de Julho, se esta adoptar o plano de austeridade na próxima quinta-feira no Parlamento grego. Esse financiamento, ainda sem montante na mesa – mas que pode rondar os 100 mil milhões – vai incluir o Fundo Monetário Internacional e o Fundo de estabilização financeira europeu, dispensando o mecanismo da Comissão onde participam outros países europeus, que se recusam a voltar a ajudar a Grécia, como o Reino Unido. Apesar da decisão adoptada, um trufo interno para o primeiro-ministro grego Giorgo Papan-dreou, há sinais de ruptura mesmo no seio da zona euro, com países como a Holanda, Eslováquia e a Finlândia que não asseguram a aprovação de novas garantias de empréstimos.

Um projecto de conclusões que circulava ontem à noite em Bruxelas, acordado entre os líderes, avisava Atenas para "finalizar com urgência nos próximos dias" o plano de austeridade, que inclui cortes orçamentais de 28 mil milhões de euros e um programa de privatizações de 50 mil milhões até 2015. Isso, garantem os líderes, "será a base para fixar os parâmetros de um novo programa apoiado pelos europeus e FMI, em linha com as práticas correntes e, ao mesmo tempo, permitir um desembolso da tranche [de 12 mil milhões de euros] em Julho", essenciais para evitar a bancarrota do país. A cimeira acordou ainda que "o financiamento adicional requerido vai ser feito com fontes privadas e oficiais", ou seja, a participação dos credores privados será "voluntá-

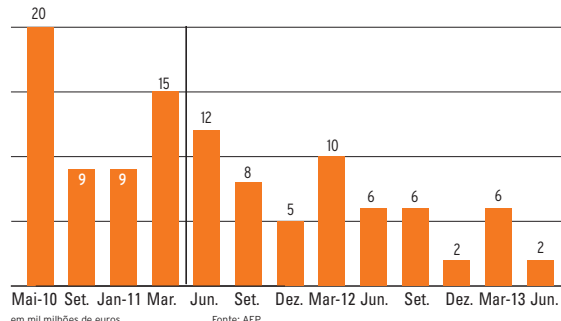
ria" e respeitando a posição do Banco Central Europeu. Os credores serão convidados pelos tesouros nacionais a manter a sua exposição à dívida dos países, e a subscrever novas obrigações quando as actuais terminem. Berlim enterra assim o cavalo de batalha da extensão obrigatória de maturidades que animou o contágio nas últimas semanas a outras economias periféricas, como Portugal e Irlanda.

A grande preocupação é mesmo a Grécia, onde o partido de oposição, liderado por Antonis Samaras, continua a disputar o modelo de resgate e novas medidas de austeridade. Ontem na reunião do PPE – partido dos conservadores europeus – esperava-se grandes puxões de orelhas a Samaras mas este, segundo fontes, foi bem tratado, mantendo-se no PPE e mantendo a sua oposição ao plano internacional. O seu partido exige eleições antecipadas, o que lhe poderá catapultar para o poder, tendo como exemplo o PSD em Portugal. Não é em vão que a primeira-ministra eslovaca, Iveta Radicova, disse ontem, após uma conversa telefónica com Papan-dreou, que este "tem sérias dúvidas que as medidas necessárias passem no Parlamento".

Em Atenas a impaciência da 'troika' continua a crescer, com o novo ministro de finanças, Evangelos Venizelos, a apresentar ao Parlamento um plano de austeridade menos exigente que o acordado com a UE/FMI. Uma 'borla' de 3,8 mil milhões de euros obtida com um ajustamento ao escalão de imposto singular, que segundo Venizelos, a 'troika' acabará por aceitar. Jean-Claude Juncker, o presidente do Eurogrupo, avisava que "todas as condições têm de ser cumpridas – isto não é uma ameaça". ■ L.R.

## AJUDA À GRÉCIA

A tranche de Junho do primeiro empréstimo de 110 mil milhões ainda não chegou a Atenas.



27% dos 21 mil milhões de fundos foram gastos. Ainda há muito orçamento disponível.

### Porque há uma execução tão baixa?

É a necessidade de co-financiar com a parte nacional. O anterior governo pôs no programa uma taxa de co-financiamento mais alta que necessário, acima do mínimo, para conseguir obter um bolo maior de fundos. Agora precisamos de o baixar.

### Como se pode co-financiar com as restrições orçamentais?

O co-financiamento pode ser feito em espécie e não só em dinheiro vivo. Pode ser feito com horas de trabalho, utilização de equipamento, os consumíveis (ou seja, material usado num projecto, como o combustível). É mais simples porque as instituições já têm isto na sua estrutura.

### Há também a possibilidade de adiantamentos?

Sim pode-se negociar também, mas só isso não chega. Porque senão resolvemos as regras de co-financiamento temos o mesmo problema. É preciso fazer tudo junto e depois há outras questões que também importam. Fazer uma simplificação das regras e reorientar as áreas prioritárias: as grandes obras têm bastante financiamento alocado, como as estradas, o aeroporto. É preciso reorientar para áreas que têm impacto imediato no crescimento e emprego. Por exemplo, há alguns programas de inovação mas não há um para a ciência e ensino superior, que se for bem desenhado pode dar resultados rapidamente.

### E a opção de adiar para o final o co-financiamento nacional?

As regras de co-financiamento são claras e pode-se sempre optar por

co-financiar no final programa. O mínimo de co-financiamento é por todo o programa e não por ano. Há um risco de estar a adiar um problema, passando tudo para o fim mas pode ser feito.

### Então este acesso rápido a fundos não garante maior execução?

Tudo depende da capacidade de absorção do país. Há um procedimento que pode ser acelerado mas tem de ser respeitado. É preciso fazer o concurso, renegociar contratos, pedir adiantamento, e com os primeiros relatórios técnicos e financeiros, auditar parte das despesas. Só depois pode vir mais verbas. Isso pressupõe muita eficiência na máquina nacional para avaliar tecnicamente e auditar despesas. É preciso que a administração pública arregace as mangas e ponha o QREN a funcionar. ■



DESTAQUE **CRISE FINANCEIRA**

# Mercados vestem-se de vermelho após alertas de Trichet e Bernanke

Bolsas europeias fecharam em mínimos de 3 meses. Bancos registaram os piores desempenhos.

Eudora Ribeiro  
eudora.ribeiro@economico.pt

No primeiro dia da reunião de líderes europeus em Bruxelas, as bolsas afundaram e os indicadores de risco de Portugal voltaram a atingir valores recorde. Os juros das obrigações do Tesouro a 3 anos, por exemplo, subiram até aos 15,228%, após um avanço de 55 pontos base, e também o preço de segurar o eventual incumprimento de Portugal, medido através dos 'credit-default swap' (CDS) sobre obrigações nacionais a 5 anos, se agravou mais de 30 pontos para 817 mil euros, também um novo recorde.

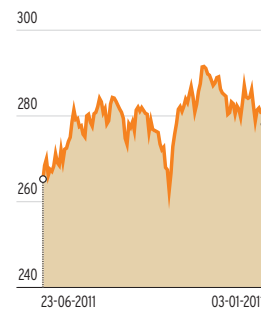
Nas bolsas, tanto os índices do Velho Continente como os norte-americanos se tingiram de ver-

melho. E motivos não faltaram. Por um lado, o presidente do Banco Central Europeu, Jean-Claude Trichet alertou que a crise de dívida da zona euro pode afectar a estabilidade financeira na região, o que motivou perdas avultadas nos títulos do sector. Por outro lado, a Reserva Federal norte-americana, liderada por Ben Bernanke, reviu em baixa as previsões de crescimento para a economia dos Estados Unidos para este ano e 2012. Tudo somado e as bolsas europeias encerraram com perdas em torno de 2% rumo a mínimos de três meses. (ver gráfico)

Os bancos foram os mais castigados, com o índice da Bloomberg para o sector a perder 2,7%. BBVA, Dexia e Royal Bank of

## EUROPA PERDE 2%

Índice Stoxx Europe 600 fechou em mínimos de três meses.



Scotland perderam 5%. Por Lisboa, BES e BPI desceram mais de 4% e o BCP atingiu um novo mínimo recorde.

## Testes de 'stress' atualizados para reflectir crise de dívida

A Autoridade Bancária Europeia (EBA) revelou ontem que actualizou os testes de stress deste ano aos bancos da região para passarem a incorporar as perdas extraordinárias que podem ter com a exposição a títulos de dívida dos países mais problemáticos da zona euro, como a Grécia. As regras para a forma como os bancos contabilizam o valor das obrigações que tencionam comprar "foram ajustadas em alguns casos, para reflectir os desenvolvimentos do mercado", explica a

EBA em comunicado. No mesmo documento, a instituição indica que "os resultados dos testes de stress vão permitir uma avaliação do impacto potencial das actuais condições de mercado no perfil de risco e custos de financiamento dos bancos".

Para os testes deste ano, as 91 instituições financeiras que serão avaliadas foram avisadas que terão de ajustar as perdas potenciais com títulos de dívida que ainda tencionam comprar. As novas indicações foram enviadas aos bancos no início do mês para "reflectir o agravamento da crise de dívida", o que pode ajudar a explicar o adiamento para Julho da publicação dos resultados dos testes, quando a data inicial apontava para meados de Junho. ■

Fabrizio Bensch/Reuters



A chanceler alemã Merkel deu ontem a sua bênção ao italiano Mario Draghi para substituir Trichet no BCE em Novembro.

## Draghi aguarda nomeação para presidir ao BCE

Paris ameaçava ontem adiar a nomeação de Mario Draghi para a cimeira de Outubro.

Mário Draghi, actual governador do Banco de Itália, aguardava ontem pela nomeação formal do Conselho Europeu para suceder a partir de Novembro Jean-Claude Trichet como presidente do Banco Central Europeu (BCE). Mas, no que parecia uma tática negociadora de pouco alcance, Paris ameaçava ontem à entrada do encontro adiar a decisão para a cimeira de Outubro, caso não houvesse "um sinal político" de Roma para reduzir a sua re-

presentação no BCE em benefício dos franceses.

Indiscutivelmente, há um acordo político fechado há várias semanas em torno do italiano de 63 anos, que foi director da Goldman Sachs e do Conselho de Estabilidade Financeira. Mas a saída de Trichet deixará a comissão executiva, grupo de seis que comandam o dia-a-dia do BCE, com dois italianos e nenhum francês. Isto porque os estatutos de Frankfurt dão um mandato de independência aos seus membros, o que impede um governo de demitir um nacional da comissão Executiva.

**A saída de Trichet deixará a comissão executiva, grupo de seis que comandam o dia-a-dia do BCE, com dois italianos e nenhum francês.**

Ou o italiano nesta comissão, Lorenzo Bini-Smaghi, apresenta a sua demissão ou nada o pode forçar a sair.

O imbróglio radica na incapacidade do governo de Silvio Berlusconi de encontrar uma saída airosa para Bini-Smaghi, que segundo fontes citadas em Frankfurt, aceita apenas o actual posto de Draghi. Mas o actual ministro de finanças, Giulio Tremonti, quer que seja Vittorio Grilli, o actual director do tesouro italiano, a ocupar o posto que vaga no Banco de Itália, enquanto Draghi tem preparado o caminho para que seja Fabrizio Saccomanni, o

seu actual adjunto, a assumir o comando.

Há uma regra não escrita sobre a composição da Comissão Executiva do BCE, que deve ter quatro membros de grandes países e dois de pequenos, sendo um deles actualmente Vítor Constâncio, o vice-presidente. Oficialmente, Paris mantém o apoio sem ambiguidades a Draghi. O presidente francês Nicolas Sarkozy disse há dias que "a Itália deu a sua palavra. Não tenho razão para duvidar da sua [Berlusconi] palavra". A hora de fecho, os líderes jantavam sobre o assunto. ■ L.R., em Bruxelas



DESTAQUE **CRISE FINANCEIRA**

# É preciso bom senso da Europa no caso grego

O incumprimento é uma condição necessária, mas insuficiente para a Grécia regressar à prosperidade.



MARTIN WOLF

Colunista do Financial Times

**EXCLUSIVO FT** Albert Einstein afirmou que insanidade é fazer sempre a mesma coisa e esperar resultados diferentes. Segundo esse padrão, o novo acordo com a Grécia é insensato. Justifica-se, conforme argumentei no meu artigo de 10 de Maio, porque é preciso ganhar tempo. Mas é má estratégia, visto a situação exigir algo mais radical.

A questão que se coloca sobre as perspectivas para a Grécia não é se o país vai entrar em incumprimento. Em minha opinião, nada poderia estar mais perto da verdade. A questão que se coloca é se o incumprimento será suficiente para a economia recuperar uma certa prosperidade. Tenho sérias dúvidas. A economia grega é demasiado não competitiva para isso. O incumprimento é uma condição necessária, mas insuficiente para a Grécia regressar à prosperidade económica.

O desempenho grego sob o programa acordado com o Fundo Monetário Internacional (FMI) em Maio de 2010 tem sido notável, apesar de não ter devolvido a solvência a Atenas. O 'spread' das Obrigações do Tesouro a dez anos da Grécia face às 'bunds' alemãs passou de 460 pontos base (4,6 pontos percentuais), depois do programa ter sido anunciado, para 1.460 pontos base. O mesmo aconteceu com a Irlanda e Portugal. Porém, o facto de o 'spread' espanhol ter atingido os 270 pontos base foi ainda mais perigoso. Grécia, Irlanda e Portugal não conseguirão financiar-se nos mercados a juros comportáveis num futuro previsível.

O mais deprimente para as partes envolvidas é que esses saltos nos 'spreads' tenham ocorrido apesar de um desempenho razoável. No programa original, estimava-se que o PIB grego cairia 4% em 2010 e 2,6% em 2011. Nas previsões apresentadas em Março de 2011, os valores eram pouco mais altos: 4,5% e 3%, respectivamente.

“

**A questão que se coloca na Grécia é se o incumprimento será suficiente para a economia recuperar uma certa prosperidade.**

**O mercado continua céptico sobre a capacidade da Grécia recuperar a sua solvabilidade.**

**O facto de os cidadãos gregos não quererem suportar a dor apenas faz com que aquilo que já é implausível seja absolutamente inconcebível.**

**Chegou a hora de reconhecer a realidade das dificuldades gregas e de agir imediatamente sobre as consequências que daí possam advir para os seus parceiros.**

vamente. Inicialmente, as previsões para o défice das Administrações Públicas eram de 8,1% do PIB em 2010 e de 7,6% em 2011. Na revisão de Março de 2011 passaram para 9,6% e 7,5%, respectivamente. No que respeita ao défice na Balança de Transacções Correntes (BTC), a revisão de Março - 10,5% em 2010 e 8,2% em 2011 - também não se afastou muito das previsões iniciais, respectivamente 8,4% e 7,1%.

Infelizmente isso não basta, por quatro razões. Primeiro, o perfil da dívida passou de mal a pior: no programa inicial, estimou-se que o rácio da dívida bruta face ao PIB atingiria o pico, 149%, em 2012. Na revisão de Março já se falava em 159%. Segundo, a economia é extraordinariamente não competitiva. O indicador mais óbvio é a combinação do ainda gigantesco défice na BTC com uma profunda recessão. Neste momento, o défice externo não pode ser financiado no mercado. Terceiro, as perspectivas para o défice na BTC registam forte deterioração. Inicialmente, o FMI previa um défice na BTC de 2,8% do PIB em 2014, tendo revisado o mesmo em Março para 5,5%. Quarto, se as exportações não crescerem não será possível regressar a um crescimento sustentável. No entanto, esse crescimento vai exigir uma grande redução nos custos nominais. Se for exequível, o que eu duvido, o rácio da dívida face ao PIB vai aumentar ainda mais.

O mercado continua céptico sobre a capacidade da Grécia recuperar a sua solvabilidade por duas ordens de razão: endividamento massivo e falta de competitividade. O facto de os cidadãos gregos não quererem suportar a dor apenas faz com que aquilo que já é implausível seja absolutamente inconcebível. Tratando-se da Finlândia, até acreditaríamos. Certa ou erradamente, porém, poucos acreditam que a Grécia de hoje é uma nova Finlândia.

Para que emprestar mais ainda se, no decorrer do processo, grande parte da dívida grega acaba incluída nos balanços do sector público? Vejo quatro argumentos.

Primeiro, a estratégia esconde a real situação em que se encontram os financiadores privados. Custa menos dizer que estamos a ajudar a Grécia quando na prática estamos a ajudar os nossos bancos. Se os financiadores privados

NOVA GREVE GERAL NA GRÉCIA NA PRÓXIMA SEMANA



tiverem tempo, poderão vender os seus empréstimos ao sector público ou proceder ao seu 'write off' sem que os Estados tenham de fazer injecções de capital.

Segundo, a estratégia de adiamento permite que outros países ponham a casa em ordem antes do incumprimento grego e, eventualmente, de uma saída confusa do euro. Se isso acontecesse agora, não só poderia precipitar a venda ao desbarato de títulos de dívida soberana como os levantamentos em massa nos países frágeis, com resultados devastadores.

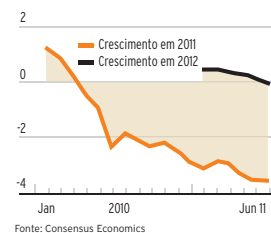
Terceiro, ainda é possível que a Grécia entre nos eixos. É viável, se o país receber máximo apoio.

Quarto, o FMI prevê que o défice orçamental primário (antes de juros) da Grécia para este ano seja de 0,9% do PIB. A transferência líquida de recursos tem lugar no sector público grego. Enquanto for assim, o incumprimento não faz qualquer sentido.

Estes argumentos são relativamente persuasivos por ordem ascendente. O primeiro foi usado para justificar as políticas de rejeição que brindaram a América Latina com uma "década perdida" nos anos de 1980. Uma estratégia imoral então como agora. As perdas devem ser reconhecidas e os bancos recapitalizados. O segundo argumento parte do pressuposto que a posição grega continua a ser um mistério. No entanto, a fuga de outras jurisdições

**PREVISÕES PARA O CRESCIMENTO DO PIB GREGO**

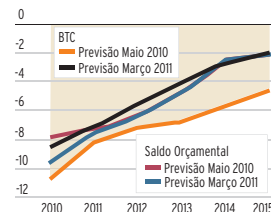
Variação anual no PIB real (%)



Fonte: Consensus Economics

**PREVISÕES PARA OS DÉFICES ORÇAMENTAL E DA BTC GREGOS**

Valores em % do PIB



Fonte: FMI

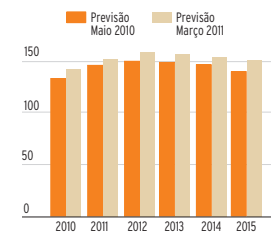




O chefe da missão do FMI para a Grécia, Poul Thomsen, juntamente com membros da Comissão Europeia e do BCE reuniram ontem pela primeira vez com o novo ministro grego das Finanças, Evangelos Venizelos. O objectivo da visita da 'troika' à Grécia era "analisar os acontecimentos e a actual posição do Governo grego sobre o programa" de ajustes económicos ligado ao pacote de ajuda financeira internacional. Este encontro realizou-se no mesmo dia em que as principais centrais sindicais gregas convocaram uma greve geral para os dias 28 e 29 de Junho, aquando da votação no Parlamento do plano de austeridade exigido pela zona euro. A votação deste controverso plano de austeridade de 2012-2015 é, segundo o Governo e os credores do país, a condição para o pagamento até início de Julho da quinta parcela, de 12 mil milhões de euros, vital para a Grécia.

**DÍVIDA PÚBLICA BRUTA DA GRÉCIA**

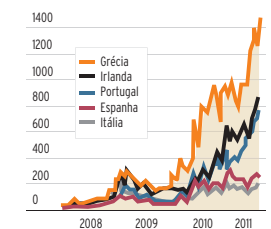
Valores em % do PIB



Fonte: FMI

**OBRIGAÇÕES DO TESOURO (OT)**

'Spreads' das OT a dez anos face às 'bunds' alemãs (pontos base)



Fonte: Thomson Reuters Datastream

frágeis já é uma evidência. O terceiro argumento - um final feliz -, não sendo de todo absurdo, parece-me inverosímil dada a situação em que a Grécia se encontra. O último argumento, estando correcto, não deve prolongar-se no tempo.

Quando um resultado é inevitável torna-se necessário planeá-lo. Neste caso, é um resultado inevitável para a maior parte dos observadores informados. A melhor política é agir preventivamente. Um aspecto dessa acção preventiva consiste em consolidar outros membros da zona euro e sistemas financeiros frágeis. Pelo menos num caso, a Irlanda, obrigaria à reestruturação da dívida. Tal como também exigiria o desenvolvimento de um sistema financeiro mais integrado na zona euro e correspondente apoio orçamental.

O principal requisito neste momento é reconhecer a desagradável realidade. Não se pode tornar o incrível crível com sucessivos e intermináveis adiamentos. Isso só vai tornar o reconhecimento da realidade mais doloroso quando finalmente ocorrer. Chegou a hora de reconhecer a realidade das dificuldades gregas e de agir imediatamente sobre as consequências que daí possam advir para os seus parceiros. ■

# Bruxelas antecipa 15 mil milhões em fundos para Portugal

A Comissão Europeia já está a negociar com o Governo de Passos Coelho uma reprogramação de fundos estruturais que ainda podem ser adjudicados até 2013 e gastos até 2015. — P4 A 9

## Líderes europeus avançam com novo resgate grego

Pedro Passos Coelho estreou-se ontem no Conselho Europeu, em Bruxelas. Antes, reuniu-se com Durão Barroso.

